



## USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Jornal da Ciência

Data: 25/05/2012

Link: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=82566>

Caderno / Página: - / -

Assunto: Vetos ao Código Florestal serão apresentados hoje

## Vetos ao Código Florestal serão apresentados hoje

A presidente Dilma Rousseff convocou uma coletiva de imprensa para anunciar sua decisão sobre os vetos ao Código Florestal. Os ministros do Meio Ambiente, da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário participarão do anúncio.

Na agenda de hoje (25) da presidente também estava programada uma reunião com os líderes do Governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP); no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM); e no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), para apresentar suas decisões sobre a legislação. A decisão sobre o veto tem movimentado o Palácio do Planalto nos últimos dias, com reuniões diárias sobre o assunto. A de ontem (24) durou mais de sete horas e reuniu a presidente, os ministros da Agricultura, Mendes Ribeiro; do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas; da Casa Civil, Gleisi Hoffmann; o advogado-geral da União, Luis Inácio Adams; além de representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Agência Nacional de Águas (ANA).

O texto, aprovado pela Câmara no fim de abril, deixou de fora pontos que haviam sido negociados pelo governo durante a tramitação no Senado. A ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, disse que, após a reunião com líderes do governo, vai sugerir que a presidente reúna todos os líderes partidários para apresentar a proposta antes do anúncio oficial. "A reação da opinião pública confirma a tese que defendíamos de que seria melhor termos apostado no acordo do Senado", disse Ideli.

O vice-presidente Michel Temer adiantou que a presidente deverá vetar parcialmente o novo código, mas não detalhou quais os pontos do texto serão derrubados.

Entre os pontos polêmicos da nova lei florestal estão, por exemplo, a possibilidade de anistia a quem desmatou ilegalmente e a redução dos parâmetros de proteção de áreas de preservação permanente (APPs).

Dilma teve 15 dias úteis para analisar o texto que foi encaminhado pela Câmara dos Deputados ao Palácio do Planalto. Transcorrido esse prazo, ela tem 48 horas para comunicar ao presidente do Congresso a justificativa do veto. Como o prazo se extingue hoje, a decisão só precisa ser publicada no Diário Oficial de segunda-feira (28). Como a expectativa em torno do veto é grande, há a possibilidade de publicação do texto ainda hoje, em edição extra.

**A voz da ciência** - A comunidade científica, que reclamou não ter sido ouvida durante a discussão do Código na Câmara, foi consultada pelo Executivo para a construção do veto. Pesquisadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC) foram convocados para tirar dúvidas técnicas e embasar o texto. "Nós subsidiamos o Executivo e conseguimos justificar nossos argumentos em pontos polêmicos. Se não forem aceitas [as sugestões], será por uma questão política, não técnica", afirma o professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq-USP), Ricardo Rodrigues.

**Polêmicas** - O governo manifestou que tem preferência pelo texto aprovado no Senado. As mudanças feitas na Câmara que provocaram mais polêmica foram:

- O texto prevê a recomposição de no mínimo 15 metros a partir da margem de rios de até 10 metros de largura. Para os maiores, não há obrigação de recompor o que já foi desmatado.

- A parte que tratava da exploração de áreas costeiras destinadas ao cultivo de camarão (apicuns) e produção de sal (salgados) foi excluída. Os ecossistemas também saíram da classificação de área de preservação permanente.

- Também foi excluída a norma que proibia concessão de crédito rural a agricultores que, mesmo após cinco anos de publicação do Código, ainda estivessem em situação irregular.

- As áreas de preservação permanente poderão ser computadas no cálculo das áreas de recomposição, regeneração ou compensação.

**Avaliações** - O jornal O Globo de hoje (25) traz a opinião de especialistas sobre o veto da presidente Dilma à legislação. O presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Luiz Carlos Corrêa Carvalho, avalia que as atuais regras ambientais brasileiras são rigorosas e considera que o novo Código Florestal traz avanços em relação às políticas ambientais de outros países.

#### **O novo código traz retrocessos quanto às atuais regras de preservação?**

Corrêa Carvalho: Não. Eu adoraria ver o mundo ter um código como este. O Brasil tem uma nova legislação ambiental muito à frente da dos outros países, com regras qualificadas.

#### **Mesmo com veto parciais, haverá avanços para o agronegócio?**

Carvalho: Se forem vetos que não tragam retrocesso, poderão ajudar. O grande avanço é trazer sintonia, regras de jogo bem mais equilibradas entre preservação e produção. O código foi discutido por muito tempo, então, acaba sendo um produto que não é a felicidade de todos, mas representa avanço ao que tivemos até hoje.

#### **A proximidade da Rio+20 pode influenciar decisão da presidente?**

Carvalho: Acho que não. O código põe o Brasil em novo patamar. Se o País souber aproveitar isso, poderá inverter o jogo internacional e cobrar dos outros países regras parecidas. O Brasil terá postura muito mais efetiva na Rio+20 se o código for sancionado em sua integridade.

Um dos maiores defensores do veto total ao novo código, o ex-secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente João Paulo Capobianco avalia que um veto parcial da proposta tornará o governo federal novamente "refém" da Câmara dos Deputados.

#### **Que consequências terá a sanção do texto final do Código Florestal?**

João Paulo Capobianco: Vai gerar verdadeira tromba d'água de ações na Justiça, sendo questionado em sua constitucionalidade, pois anistia crimes tipificados pela lei de crimes ambientais. Ele faz tudo, menos trazer segurança jurídica ao campo, que, em tese, era a proposta original dos que apresentaram a proposta.

#### **O novo código apresenta algum avanço?**

Capobianco: Nenhum avanço. Os poucos avanços que ele trazia em relação à legislação atual foram retirados na Câmara.

#### **A imagem do Brasil no exterior sairá prejudicada caso não haja um veto total?**

Capobianco: Se não houver veto total, a imagem será muito prejudicada. Se essa lei for sancionada sem os vetos na amplitude necessária, sem dúvida vai gerar constrangimento, especialmente na Rio+20.

(JC com informações de agências de notícias)